



**Comentários da Prova de
Legislação Específica**
*Estatuto dos Servidores
Públicos do Estado da Bahia*
*Lei de organização e
Divisão Judiciária do Estado
da Bahia*

PROVA TIPO – 1

COR BRANCA

Questão 21

Carmem, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, foi aposentada por invalidez por doença psiquiátrica. Meses depois, Carmem se recuperou da enfermidade e, desejando regressar ao serviço público, ajuizou ação ordinária em face do Estado da Bahia. Durante a instrução probatória, por meio de perícia judicial que ratificou a nova conclusão de junta médica oficial, restou comprovado que Carmem se curou completamente da doença e está apta a voltar ao trabalho. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, no caso em tela:

- (A) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, porque a aposentadoria por invalidez é ato irrevogável;*
- (B) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público por determinação judicial, mas somente por vontade do próprio poder público estadual;*
- (C) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reintegração;*
- (D) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reversão;*
- (E) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da readaptação.*

GABARITO - D

Comentários

A **reversão** constitui no **retorno à atividade de servidor aposentado, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.**

Para a reversão é necessário primeiramente ocorrer a aposentadoria do servidor por invalidez. Durante o período que permanecer aposentado o servidor receberá a aposentadoria e deverá se submeter constantemente a

avaliações médicas. Se em uma dessas avaliações for constatado que os motivos que levaram à aposentadoria não mais subsistem, o servidor **deverá retornar ao exercício de suas funções no prazo de 30 dias, sob pena de cassação da aposentadoria.**

A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação. O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

Por fim, no caso de servidor aposentado que já tiver completado **70 anos** de idade, não será possível a reversão.

Questão 22

João, servidor público civil estadual ocupante de cargo efetivo, com o objetivo de colaborar com sua irmã Maria, igualmente servidora pública estadual, que sofreu um acidente e estava impossibilitada de se locomover, atuou como seu procurador junto a determinada repartição pública estadual, para tratar de assunto relativo à percepção de remuneração e benefícios assistenciais em favor dela. Pelos fatos narrados, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/94 da Bahia, em matéria de sanção disciplinar, João:

- (A) não praticou falta funcional, mas está sujeito a ser advertido;
- (B) praticou falta funcional e está sujeito à pena de multa;
- (C) praticou falta funcional e está sujeito à pena de suspensão;
- (D) praticou falta funcional e está sujeito à pena de demissão;
- (E) não praticou falta funcional, porque existe autorização legal expressa para tal hipótese.

GABARITO - E

Comentários

A demissão e a cassação de aposentadoria ou disponibilidade ocorrem apenas nas situações mais graves e, em razão disso, devem observar estritamente as hipóteses previstas no Estatuto. Por conta disso, afirma-se o Estatuto possui um rol taxativo (*numerus clausus*), de modo que somente poderão ser cogitadas tais penalidades se previstas expressamente em uma das hipóteses do dispositivo abaixo. Entre elas:



(xiv) **atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas,** salvo quando se tratar de percepção de remuneração, benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro.

Questão 23

Em relação à licença à gestante e à adotante, o Estatuto dos Servidores Públicos Cívicos do Estado da Bahia estabelece que:

- (A) à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 30 (trinta) dias de licença;
- (B) pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos;

- (C) no caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso;
- (D) no caso de natimorto, decorridos (cinco) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício;
- (E) à servidora gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por (noventa) dias consecutivos.

GABARITO - C

Comentários

A **LICENÇA À GESTANTE** será concedida mediante atestado médico e **durará 180 dias**. Em regra o início da licença à gestante coincide com o nascimento do filho, entretanto, a pedido da gestante poderá iniciar no nono mês de gestação, ou, por prescrição médica, iniciar em data anterior.

Assim:



Em caso de **nascer morta a criança** ou em caso **aborto não criminoso** será concedido prazo de 30 dias à gestante, para retornar ao trabalho.

A **LICENÇA PATERNIDADE**, por sua vez, iniciará com o nascimento ou adoção do filho e terá duração de cinco dias consecutivos.

Durante os primeiros seis meses de idade do recém-nascido, à servidora é assegurado, durante a jornada de trabalho, 2 intervalos de 30 minutos para amamentação.

A licença remunerada para a adotante, cujo período de afastamento dependerá da idade da criança adotada, será conforme quadro abaixo:

IDADE	DURAÇÃO DA LICENÇA
Até 1 ano	180 dias
Mais de 1 ano	30 dias

Questão 28

De acordo com a Lei n. 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, ao escrivão e ao diretor de Secretaria de Vara compete, de modo geral:

- (A) manter o edifício do fórum aberto e em condições de funcionamento, nos dias e no horário do expediente;

- (B) zelar pelo recolhimento da taxa judiciária e demais exigências fiscais;
- (C) escriturar, em livro especial, com discriminação de cada uma das aras, a receita e a despesa dos depósitos, remetendo ao juiz competente o balanço mensal de escrituração;
- (D) fazer inventário e avaliação de bens e lavrar termos de penhora;
- (E) cumprir os mandados, fazendo citações, intimações, notificações e outras diligências emanadas do juiz.

GABARITO – B

Comentários

**COMPETÊNCIA
DO ESCRIVÃO E
DO DIRETOR DE
SECRETARIA DE
VARA**

- Praticar atos e termos no processo;
- Lavrar procurações;
- Coordenar as audiências;
- Zelar pelo recolhimentos das taxas e custas judiciais;
- Manter livros e organizar arquivos;
- Fornecer certidões; e
- Cuidar dos processos de modo geral, organizando-os, efetuando a distribuição, fornecendo e controlando a carga pelos procuradores, defensores e Ministério Público.

Questão 29

Consoante determina a Lei nº 10.845/2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, para o pleno desempenho de suas finalidades, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, que se traduz, entre outros, no seguinte atributo:

- (A) dispor de orçamento próprio, de sua iniciativa;
- (B) editar diretamente ato normativo com alteração do número de membros do Tribunal de Justiça;
- (C) sancionar lei sobre criação e extinção de cargos, inclusive de magistrados;
- (D) remeter ao Governador, para a devida nomeação e publicação na imprensa oficial, a lista dos aprovados em concurso público para ingresso na carreira da Magistratura;
- (E) editar diretamente ato normativo com alteração da organização e divisão judiciárias.

GABARITO - A

Comentários



Consigne-se que que o a alteração do número de membro do Tribunal de Justiça depende de lei, o que torna incorreta a alternativa B. A sanção de leis é competência do Poder Executivo, o que torna incorreta a alternativa C. A nomeação de magistrados é feita pelo Presidente do TJBA, logo incorreta a alternativa. A alternativa E é absurda, posto que a alteração da LOJ deve, por respeito ao princípio da simetria, ser editada pelo legislativo estadual.

Questão 30

Em relação à pena disciplinar de demissão dos servidores da Justiça, a Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) estabelece que:

- (A) a prescrição ocorre em 2 (dois) anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido;
- (B) é aplicada ao servidor estável, em virtude de sentença judicial ou de sindicância sumária;
- (C) ocorre nos casos de falta de cumprimento dos deveres funcionais;
- (D) é aplicável em casos de reiterada negligência;
- (E) é competente para aplicá-la o Conselho da Magistratura.

GABARITO - E

Comentários

Alternativa A incorreta:



DEMISSÃO/CASSAÇÃO	5 anos
SUSPENSÃO	2 anos
CENSURA	1 ano
ADVERTÊNCIA	180 dias

Alternativa B incorreta:

A penalidade de **DEMISSÃO** somente será aplicada pelo Conselho da Magistratura, precedida de processo administrativo ou judicial, a partir da instauração de processo pelo Juiz da Vara ou Comarca, por designação do Corregedor de Justiça.

Alternativa C e D incorretas:

CENSURA	
Hipóteses: <ul style="list-style-type: none">• Negligência reiterada.• Falta dos deveres funcionais• Procedimento público incorreto ou indecoroso.	Especificidades: <ul style="list-style-type: none">○ Não será aplicável se a penalidade for punível com pena mais grave (é a regra da subsidiariedade).○ A falta dos deveres funcionais era punível no Estatuto com advertência. Para os servidores do Poder Judiciário, entretanto, será punível com censura, dado o regramento específico.

Alternativa E correta, conforme comentários da alternativa B.

Questão 31

Em matéria de adicional por serviço extraordinário, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia prevê que:

- (A) o serviço extraordinário será remunerado, em regra, com acréscimo de 1 (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho;*
- (B) somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo, em regra, de 2 (duas) horas diárias;*
- (C) o serviço extraordinário é aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte;*
- (D) fazem jus a seu recebimento os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida;*
- (E) fazem jus a seu recebimento todos os servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.*

GABARITO - B

Comentários

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS: 50% sobre a hora normal, caso haja excesso de jornada.

CONDIÇÕES:

- Regulamento poderá prever condições específicas;
- As horas extras somente poderão ser prestadas em condições **excepcionais** ou **temporárias**.

LIMITE DE HORAS EXTRAS: 2 horas, havendo possibilidade de disposição diversa em regulamento, para atividades que não comportem interrupção.

Questão 33

A Lei n 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) dispõe que, para o exercício das atividades jurisdicionais, o território do Estado da Bahia constitui seção judiciária única, fracionada, contudo, para efeitos da administração da Justiça. Nesse contexto, entende-se como:

- (A) Subseção Judiciária, o agrupamento de circunscrições judiciárias;*
- (B) Região Judiciária, o conjunto das Subseções Judiciárias;*
- (C) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de comarcas e comarcas não-instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas;*
- (D) Comarca, unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma ara constituída por mais de um juízo;*
- (E) Vara, unidade de divisão judiciária autônoma, sede de juízo único, ou múltiplo quando desdobrada em vários juízos.*

GABARITO - C

Comentários

(i) É importante que saibamos como se estruturam e como se organizam os órgãos do Poder Judiciário estadual.

Trata-se de organização e agrupamentos que podem ser representados do seguinte modo:



Deste modo:

- **Seção Judiciária:** conjunto das Subseções Judiciárias.
- **Subseção Judiciária:** agrupamento de Regiões Judiciárias.
- **Região Judiciária:** agrupamento de Circunscrições Judiciárias.
- **Circunscrição Judiciária:** agrupamento de Comarcas e Comarcas Não-Instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas.

Atente-se que nos Municípios onde não há comarcas instaladas, há integração a uma circunscrição judiciária.

- **Comarca:** divisão judiciária autônoma, sede de Juízo único ou múltiplo quando desdobrada em Varas.

Observe-se que uma determinada Comarca poderá ser dividida em distritos.

- **Vara:** unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Comarca constituída por mais de um Juízo.

Ricardo Torques

ricardotorques@estrategiaconcursos.com.br

<https://www.facebook.com/ricardo.s.torques>